



Programa de Educação Ambiental – PIEASINOS: relato de uma “morte” anunciada

Rildo Goulart Peres¹

Thaís Presa Martins²

Nádia Geisa Silveira de Souza³

Resumo: A elaboração de um programa de Educação Ambiental em uma empresa pública do Rio Grande do Sul enfrenta obstáculos que são percebidos desde as etapas de planejamento, até as de execução. Neste artigo, apresentamos as ideias que originaram o programa de Educação Ambiental da Companhia Riograndense de Saneamento, mais especificadamente na Superintendência Regional dos Sinos, onde se apresentam as dificuldades que tornaram o projeto inexecutável. No entanto, o corporativo tem mostrado uma vontade de verdade ao reformular o organograma da empresa, criando uma área específica dotada com verba para ações de Educação Ambiental e Resíduos, além de funcionários capacitados para essa função.

Palavras-chave: Educação Ambiental. CORSAN. Regime de verdade.

Environmental Education Program -PIEASINOS: report of a "death" announced

Abstract: The elaboration of an Environmental Education program in a public company in Rio Grande do Sul faces obstacles that are perceived from the planning stages to the execution stages. In this article, we present the ideas that originated the Environmental Education program of Companhia Riograndense de Saneamento, more specifically in the Regional Superintendence of Bells, which presents the difficulties that made the project unfeasible. However, the corporate has shown a real desire to reformulate the company's organization chart, creating a specific area endowed with funding for Environmental Education and Waste actions, as well as employees qualified for this function.

Keywords: Environmental education. CORSAN. Regime of truth.

¹Doutorando em Educação em Ciências. UFRGS. E-mail: rildogperes@gmail.com

²Doutoranda em Educação em Ciências. UFRGS. E-mail: tpmmartins@gmail.com

³Profa. Dra. do PPG Educação em Ciências da UFRGS. E-mail: nadiags@terra.com.br

Programa de Educação Ambiental -PIEASINOS: relato de uma "morte" anunciada

Resumen: La elaboración de un programa de Educación Ambiental en una empresa pública de Rio Grande do Sul enfrenta obstáculos que se perciben desde las etapas de planificación, hasta las de ejecución. En este artículo, presentamos las ideas que originaron el programa de Educación Ambiental de la Compañía Riograndense de Saneamiento, más específicamente en la Superintendencia Regional de las Campanas, donde se presentan las dificultades que hicieron el proyecto inexecutable. Sin embargo, el corporativo ha mostrado una voluntad de verdad al reformular el organigrama de la empresa, creando un área específica dotada con fondos para acciones de Educación Ambiental y Residuos, además de funcionarios capacitados para esa función.

Palabras clave: Educación ambiental. CORSAN. Régimen de verdad.

1. Introdução

A ausência de um programa de Educação Ambiental institucionalizado na Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), que norteie ou informe sobre como devem ser disseminadas as informações referentes aos processos produtivos de água e de esgotos tratados, poderá fazer circular enunciados destoantes da visão e/ou missão da empresa. Nesse sentido, foi pensada uma tentativa de elaboração de um programa de Educação Ambiental em uma das regionais da CORSAN, situada na região do Vale dos Sinos. Considerou-se elaborar um Programa de Educação Ambiental nessa região, devido a mesma pertencer a Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, cujo maior afluente é apontado como um dos rios mais poluídos do Brasil. (IBGE, 2013). Além disso, no município de Canoas (distante 20Km da capital do Rio Grande do Sul), mesmo com 40% do esgoto tratado, o índice de tratamento é muito baixo, em torno de 18% (CORSAN, 2018), levando-se em consideração os investimentos aplicados no local, com o incremento provocado pelo Programa de Aceleração do Crescimento⁴ (PAC) do Governo Federal com apoio da CORSAN. Neste artigo, temos como objetivo analisar as dificuldades e/ou avanços na implantação de um Programa de Educação Ambiental em uma empresa pública, para tanto utilizamos ferramentas metodológicas inspiradas na fase genealógica dos estudos foucaultianos.

2. Contextualizando

A regional da CORSAN, que abrange o Vale dos Sinos, é denominada de Superintendência Regional dos Sinos (SURSIN), cujo organograma de gestão é composto

⁴ As obras previstas em 2014 para a bacia dos Sinos era de 280 milhões de reais. (FOGLIATO, 2014).

por um Gabinete do Superintendente, Departamento de Operação e Manutenção (DEOM), Departamento Financeiro (DEFIN), Departamento Administrativo (DEAD), Departamento Comercial (DECOM), contando ainda com assessoria jurídica. Seguindo o organograma na descendência, a regional é dividida em Unidades de Saneamento (US), que abrange quase sempre um município, com exceção para os municípios considerados pequenos que são denominados de vinculados. Como apoio aos gestores dessas US, as cidades com maior número de economias ⁵ possuem uma Coordenadoria Operacional. As US possuem no seu quadro funcional profissionais de nível fundamental (conserto e manutenção de redes de água e de esgoto), nível médio (atendimento aos usuários e tratamento de água e de esgoto), nível técnico (equipes eletromecânicas para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados no tratamento de água e de esgoto) e nível superior (projeção do sistema, fiscalização e responsabilidade técnica).

As diretrizes definidas pelo gabinete da Superintendência, em conformidade com as orientações da diretoria da CORSAN em nível corporativo, são acatadas e aceitas pelos gestores das US pertencentes a SURSIN para atendimento das metas estabelecidas. A CORSAN possui, ainda, procedimentos a nível corporativo que são replicados em todos os setores da empresa, o que suscita dúvidas em municípios que não se enquadram nas normas internas. Nesses casos pontuais, os setores que intermediam a relação do corporativo com as US entram com suporte mais detalhado, identificando as necessidades específicas da comunidade em questão.

3. O Projeto

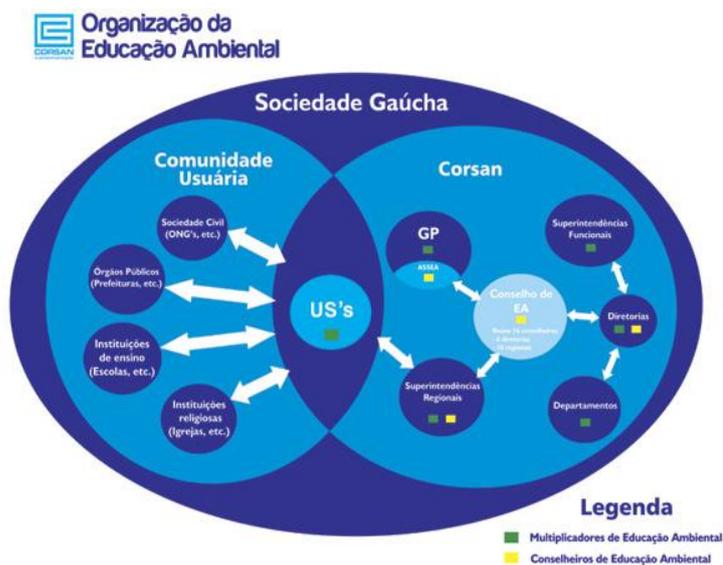
No movimento de elaborar um projeto de Educação Ambiental, realizou-se um mapeamento das correntes teóricas, a fim de eleger a que seria a mais adequada à realidade da regional dos Sinos e aproveitar a estrutura herdada pela Assessoria de Educação Ambiental da CORSAN (ASSEA, Fig. 1), que foi extinta no início do governo do atual governador do Rio Grande do Sul (RS), José Ivo Sartori.

Entre 2011 e 2014 foi criada a ASSEA, cujo Conselho Consultivo era composto por funcionários das regionais (Conselheiro Regional) e de departamentos da Sede, que deliberavam ações de Educação Ambiental para as US e departamentos da CORSAN. Em 2015, a Assessoria de Comunicação da CORSAN (ASCOM) assumiu as funções da

⁵ No regulamento da CORSAN, uma economia é uma unidade consumidora, desta forma um prédio com 200 apartamentos possui 200 economias.

ASSEA contribuindo para o Dia do Meio Ambiente e para a Semana Interamericana da Água com o Ecocinema⁶, Varal Solidário⁷ e teatros.

Figura 1: Organização da ASSEA.



Fonte: CORSAN, 2015.

Atualmente, a CORSAN realiza ações de Educação Ambiental em atividades para o público externo e interno. As ações externas ocorrem nas escolas que solicitam palestras para a educação básica (do Primeiro ao Nono ano), Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino Superior e Cursos de Pós-Graduação. As palestras em associações de bairros, novos condomínios (*Minha Casa, Minha Vida*), famílias reassentadas, Centro de Tradições Gaúchas (CTG), feiras e eventos organizados por Prefeituras, Governo Estadual e Federal também fazem parte das ações para o público externo. As ações para o público interno ainda são tímidas, voltadas para a coleta seletiva e algumas ações localizadas de visita aos setores da US para os funcionários novos. A CORSAN possui também um programa não institucionalizado de Visitas as Estações de Tratamento de Água (ETA) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), no qual o funcionário da ETA/ETE recebe o público que solicitou a palestra.

Essas ações de integração da empresa com a comunidade em que está inserida, tiveram início concomitantemente com a fundação da empresa (1965) vinculada a um discurso publicitário, pois os funcionários eram orientados a estreitarem as relações da

⁶ Projeto apoiado pela CORSAN pela Lei Rouanet que levava cinema em praças públicas energizado por luz solar.

⁷ Consistia em uma troca de uma muda de roupa por uma semente. Além disso, era permitido fazer troca de roupa com as roupas depositadas no varal solidário que ficava disposto nas Unidades da CORSAN.

CORSAN com a comunidade, em especial com as escolas, sejam públicas ou privadas. Nesse mesmo período, as discussões sobre a questão ambiental se intensificaram tendo como um dos marcos centrais a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, 1972, privilegiando a proteção da natureza, e buscando difundir noções sobre a importância da sensibilização ambiental.

Alguns autores realizaram um exercício de identificação e categorização das correntes da Educação Ambiental no Brasil, como, por exemplo, Gasparotto (2010) e Lima (1999) ou no mundo, Sauv  (2005). Os próprios autores reconhecem nos seus artigos que uma corrente não elimina a outra, e que muitas vezes elas se confundem e se aproximam ao mesmo tempo em que se separam, ou seja, querer enquadrar a Educa o Ambiental que já nasce com característica de ser transdisciplinar torna-se uma tarefa ingrata. Porém ao

considerarmos que toda prática está ligada a uma teoria e toda teoria não deixa de ser uma prática. Então, quando desenvolvemos uma atividade, mesmo que não tenhamos a preocupa o de desenvolver uma teoriza o para subsidiá-la, estamos nos atrelando a determinados referenciais conceituais (GUIMARÃES, SAMPAIO e ZANCO, 2015, p62-63)

Teixeira et. al (2007) realizaram uma pesquisa sobre os referenciais teóricos mais utilizados em eventos relacionados ao campo da Educa o Ambiental Outro autores como Isabel Carvalho (2018), aborda o sujeito ecológico que adota um estilo de vida ecologicamente orientado, tentando apresentar os caminhos que estão sendo trilhados para consolidar esta  rea. Ao realizarmos uma tentativa de identifica o da perspectiva teórica da qual a CORSAN mais se aproxima temos uma mistura de correntes sem que seja possível categorizar uma com mais ênfase em detrimento de outra. Essa dificuldade, nessa empresa, decorre do discurso publicitário incluso nos materiais produzidos pela ASCOM, que são, posteriormente, trabalhados pelos funcionários da forma que entendem ser a mais correta. Isto  , cada funcionário, a partir das suas práticas e das redes discursivas com as quais foi sendo interpelado e subjetivado, prepara a “aula” (os ditos, os escritos e as estratégias pedagógicas que serão empregados) a ser utilizada. Estamos falando de funcionários com uma identifica o/uma aproxima o com a questão ambiental, que   “o conjunto de contradi es resultantes das intera es internas ao sistema social e deste com o meio envolvente” (LIMA, 1999, p.135), que atuam de forma voluntária.

De forma corporativa, a CORSAN produz materiais publicitários observando os cuidados com a água, relacionando o seu gasto com o equivalente   quantidade que poderia ter um fim mais nobre, evitando o seu desperdício. Tal perspectiva, segundo Sorrentino

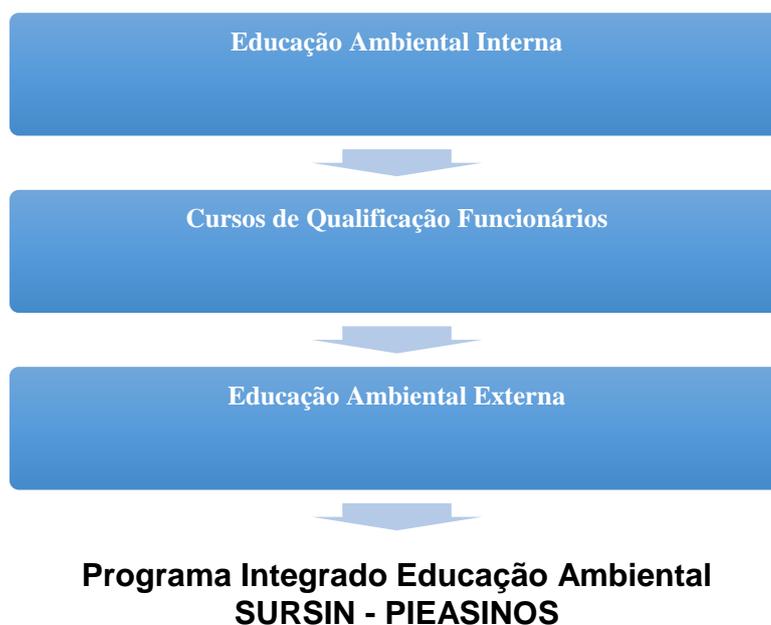
(1995), seria a corrente da economia ecológica, que se apoia na visão do desenvolvimento sustentável, com ênfase em “sociedades sustentáveis”.

A partir desse primeiro movimento de analisar qualitativamente a Educação Ambiental que era praticada na CORSAN, foi elaborado o Programa Integrado de Educação Ambiental da Superintendência Regional dos Sinos (PIEASINOS). Este programa tinha como objetivo o foco em Educação Ambiental para o público externo e interno da CORSAN (Fig.2).

Na elaboração do projeto também foram apontados os requisitos legais sobre as ações de Educação Ambiental que as instituições públicas devem realizar obrigatoriamente, conforme o Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (2014) e a Política Estadual de Educação Ambiental (RS, 2010). Nesse sentido, a CORSAN também definiu como Missão cumprir “[...] o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas” (CORSAN, 2018). Além disso, identificou-se em alguns dos materiais produzidos quê:

a Educação Ambiental na CORSAN visa o fortalecimento de políticas de Gestão Ambiental. Por esta razão, além das diversas ações de Educação Ambiental, que há muitos anos a CORSAN já realiza, se propõe, como forma de ampliação das ações de Educação Ambiental também voltada para o público interno da Companhia” (CORSAN, 2018).

Figura 02: Eixos constituintes do PIEASINOS



Fonte: PERES, 2016.

Com a finalidade de que as práticas de Educação Ambiental ocorram em toda a Superintendência, o PIEASINOS previu etapas de elaboração, planejamento e definição de políticas de Educação Ambiental na Regional, sendo uma das atribuições do Comitê Regional de Educação Ambiental da SURSIN. Esse comitê seria composto por um funcionário de cada Unidade de Saneamento, um funcionário da Superintendência, o Conselheiro regional e um convidado externo para auxiliar em questões mais pontuais e específicas. Também foram especificados os eixos centrais que deveriam ser discutidos pelo comitê como, por exemplo:

- Elaboração de planos de aula para as palestras conforme a faixa etária a ser abordada;
- Elaboração do Programa de Visitas Orientadas nas ETAs;
- Elaboração de procedimentos para agendamento de palestras;
- Criação com apoio da Superintendência de Tecnologia (SUTEC) de uma Autorização de serviço para palestras de Educação Ambiental;
- Definição de pré-requisitos para o funcionário atuar como Multiplicador⁸ Ambiental (MA);
- Elaborar um cronograma de cursos de qualificação para os MA;
- Elaboração das diretrizes do PIEASINOS.

O PIEASINOS ainda definia as atribuições de cada setor da empresa esclarecendo as atividades a serem executadas, a fim de evitar “ruídos” na comunicação. Tentando realizar um movimento de análise do que foi projetado, percebe-se que o Projeto foi apoiado em padronização de informações e capacitação sem se deter na abordagem da Educação Ambiental e nas metodologias a serem utilizadas pelos funcionários, somente oferecendo uma “trilha”, e não um “trilho”.

4. As dificuldades

Apesar da Educação Ambiental ser um requisito legal, ele não é o único, pois as Unidades de Saneamento também devem atentar para a vigilância sanitária, legislações trabalhistas, ambientais (licenciamento), Procon, Ministério Público, assim como manter

⁸ Funcionário concursado da CORSAN que se dispõe a realizar atividades/ações de Educação Ambiental de forma voluntária. Esse funcionário não é preparado ou capacitado sobre o que falar e como falar, além de não possuir nenhum pré-requisito. Esse funcionário pode variar na sua formação desde Ensino Fundamental incompleto até Pós-Graduação.

uma boa relação com a Câmara dos Vereadores, com a Prefeitura e com as mídias sociais (jornais, Facebook, Instagram, etc.). Dessa forma, esses requisitos acabam sendo prioritários em detrimento da Educação Ambiental, o que pode vir a ser um problema no futuro. Isto é, os gestores das Unidades de Saneamento da CORSAN, trocam as demandas de longo prazo pelas de curto, relativas a demandas locais. Dessa forma, ficam tencionadas as relações entre quem pensa e projeta a Educação Ambiental, na Empresa, e os gestores, pois além de não conseguirem agregar as ações de Educação Ambiental num planejamento adequado, ficam receosos de liberar um funcionário para atuar com Educação Ambiental – considerando que poderia estar sendo “mais útil” na cidade de origem.

Outra dificuldade encontrada foi a falta de materiais a serem manuseados para elaboração de um suporte teórico para os Multiplicadores Ambientais da CORSAN. A interpretação que os próprios funcionários têm sobre Educação Ambiental dificulta a circulação de informações pertinentes sobre o que se falar. Não como um dogma ou uma determinação, mas o que falar, como falar e para quem falar, pois variam os alunos que irão ser público-alvo das ações de Educação Ambiental. Posto isso, é bom destacar que não ocorre coleta seletiva nas suas unidades, salvo algumas ações isoladas de grupos de funcionários que entendem e agem proativamente com a questão ambiental.

5. Educação Ambiental

O caminho percorrido pela Educação Ambiental para se afirmar como um campo tomado como verdade, e não como um mero modismo associado aos discursos voltados à saúde do planeta, tem sido árduo e trabalhoso, visto que a inter-relação da história da cultura humana com o planeta ainda é um potencial em constante reconstrução (DUVOISIN, 2002). Foucault (2014) alerta-nos para essas reconstruções, ou melhor, rupturas, que emergem consolidando um novo saber que não estava sujeitado ou estava desqualificado pelo regime de verdade, considerado como algo a não ser dito. No entanto, ao qualificar esse saber e torná-lo uma política de governo, a Educação Ambiental atua como uma técnica do biopoder, pois age não só no corpo do indivíduo, para disciplinar relativamente ao uso dos recursos naturais, mas também no homem espécie (na população), por exemplo, ao interrogar o desenvolvimento econômico através de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Ao fazê-lo, elabora programas de governo e legislações sobre a importância da apropriação desse “novo” modo de pensar de forma que seja possível gerir os recursos naturais sem (ou melhor minimizando) os impactos ambientais resultantes de um modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Nesse

sentido, Foucault (2014) refere que os mecanismos do Estado disciplinam o conhecimento, desqualificando os saberes inúteis, normalizando o saber “verdadeiro”, classificando-o de forma hierárquica e usando o panóptico para a vigilância e o controle do maior número de pessoas, relativamente ao regime de verdade que passa a vigorar na sociedade Ocidental. Ao se utilizar desse “novo” saber, o desenvolvimento sustentável, institui-se como um novo regime de verdade que desloca e requalifica o anterior, visto que o desenvolvimento econômico do ponto de vista da preservação ambiental deve ser sustentável. Autores como Sampaio (2012) e Martins abordam a sustentabilidade como um dispositivo, no conceito concebido por Foucault (apud MARTINS, 2016), sendo “constituído por elementos ditos e não ditos, consistindo em uma rede heterogênea, que engloba discursos; instituições; organizações; decisões regulamentares; leis; medidas administrativas; enunciados científicos; proposições filosóficas, morais e filantrópicas”.

Após o término do projeto de forma abrupta, o corporativo forneceu um patrocínio para que fosse elaborado um Programa de Educação Ambiental pelo Consórcio Prosinos, a mesma que elaborou o Plano de Bacia do COMITESINOS. Convém informar que o consórcio é um órgão executivo das ações, projetos e programas voltados ao saneamento básico da Bacia do Rio dos Sinos, funcionando como uma autarquia (PROSINOS, 2018). Atualmente, atua na região metropolitana de Porto Alegre como agência reguladora dos serviços públicos, substituindo a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS). Ou seja, para as ações internas não existia a previsão de verbas ou de apoio corporativo para o desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental mais amplo, mas para apoiar projetos externos existia a intenção. O fracasso do PIEASINOS suscitou outras estratégias como possíveis “resistências” ao que estava posto, sendo necessário agir em esferas mais próximas do corporativo. Novo (1995) destaca que o maior desafio para as empresas que fazem Educação Ambiental não formal⁹ é:

incorporar os princípios de uma boa gestão ambiental ao seu funcionamento interno, de modo que os programas educativos não sejam um “apêndice” das mesmas se não a expressão coerente de princípios e critérios que regem, de modo amplo, toda a atividade desenvolvida nessas entidades (NOVO, 1995, p. 239, tradução livre do espanhol pelos autores).

Novo (1995) destaca, também, que as empresas não têm o compromisso de seguir um projeto de ensino com metas ou finalidades vinculadas a um currículo oficial, (Fig. 3),

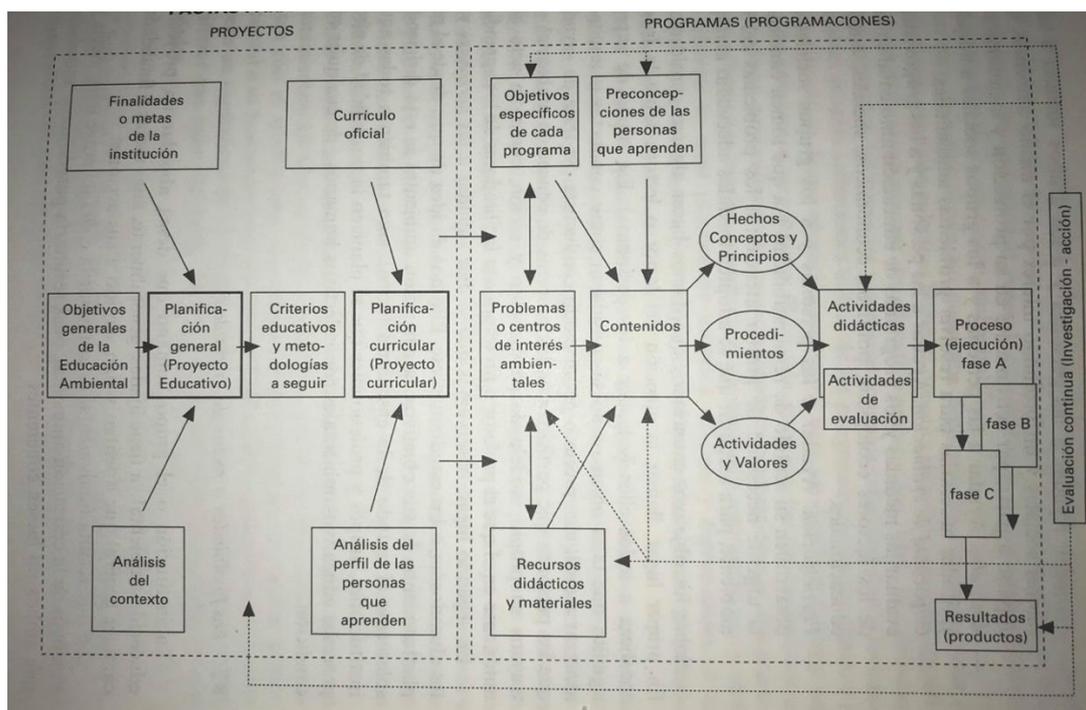
⁹ Práticas de Educação Ambiental realizadas fora do âmbito escolar e desenvolvidas por instituições públicas ou privadas.

mas sim com objetivos específicos e utilizando os problemas locais ou dos entornos das áreas ocupadas pela empresa, como por exemplo, geração de resíduos e drenagem urbana.

Os programas (não formais) surgem com um objetivo específico a ser cumprido; o que, no caso da CORSAN, apresenta um discurso publicitário fortemente vinculado ao consumo da água. Questão conflitante, visto que a empresa informa que possui perdas no sistema de abastecimento na ordem de 37,46% (CORSAN, 2015), cuja receita operacional é vinculada diretamente com a arrecadação a partir da água consumida pela população sul-rio-grandense.

Se considerarmos as Linhas, Correntes ou Vertentes da Educação Ambiental elencadas por Lima (1999), o PIEASINOS (de maneira implícita e não explícita, pois não apresenta Objetivos ou Política Ambiental) poderia ser categorizado como gestão ambiental que visa à democracia, à participação social e à cidadania.

Figura 03: Programas e projetos Ambientais



Fonte: NOVO (1995, p. 237)

6. Considerações Finais

Ao decidir elaborar um programa de Educação Ambiental em uma empresa pública que precisa apresentar obras de melhorias e/ou indicadores de desempenho para se mostrar eficiente, de forma a sobreviver em um mercado competitivo marcado pelas empresas privadas, tinha-se uma vaga ideia das dificuldades a serem enfrentadas e articuladas de forma positiva no final do processo. Ao objetivarmos entender como a Educação

Ambiental é realizada na CORSAN para que, então, seja elaborado o PIEASINOS, “procura-se saber o que faz com que um determinado elemento de conhecimento possa assumir efeitos de poder e o que faz com um determinado mecanismo de coerção possa adquirir a forma e as justificações próprias a um elemento racional” (FONSECA, 2011, p.248).

O processo de implantação da Educação Ambiental, que coincidiu com as leituras de autores pós-modernos, fez com que fosse repensado o que estava sendo proposto e qual que seria intenção ou quais os regimes de verdades que estavam sendo operacionalizados. Quais os saberes que estavam sendo normalizados e apresentando e legitimando como verdade. Esses questionamentos que foram surgindo aliados aos problemas de “obstrução” da implantação do PIEASINOS, começaram lentamente a desconstruir o que se tinha como certo, ou melhor; a colapsar as certezas e modos de pensar até então.

Nesse momento, o PIEASINOS começou a desacelerar, apesar de algumas conquistas (com o “eu” anterior) no que se refere a à padronização de solicitações de palestras, agendamento de visitas, construção de parcerias com as Prefeituras Municipais e auxiliar na conquista do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento nível prata, no requisito Socioambiental. Assim, foi entendido ser necessário para a luta pela Educação Ambiental em um nível mais alto na hierarquia da CORSAN, de forma a apresentá-la e defende-la como prática empresarial obrigatória.

Ao participar de um grupo de estudos sobre a área ambiental, a CORSAN entendeu, a em nível de Diretoria Colegiada¹⁰, a importância de um setor ou de uma área que tratasse e se envolvesse com a questão ambiental. O resultado foi a criação da Diretoria de Inovação, Relacionamento e Sustentabilidade (DIRS), cujo organograma contempla o Departamento de Sustentabilidade e Educação Ambiental, uma conquista do atual governo.

Referências

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Sujeito ecológico: a dimensão subjetiva da ecologia. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4655.pdf>. Acesso em: 18 ago. de 2018.

COMITESINOS. **Plano de Bacia**. Disponível em: <http://www.comitesinos.com.br/planodebacia>. Acesso em: 12 jul. de 2018.

CORSAN. **ASCOM**. Materiais diversos coletados no período de 2010 a 2017.

¹⁰ É composta pelo Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor Inovação, Relacionamento e Sustentabilidade, Diretor de Expansão, Diretor Comercial, Diretor de Operações e Diretor Presidente.

_____. **Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.corsan.com.br/node/9>>. Acesso em: 05 nov. de 2015, link desabilitado pela empresa.

_____. **Diálogos do Saneamento** – Diretoria de Operações. Disponível em: <https://www.abes-rs.org.br/novo/materiais/materiais_lznlr7piqegm.pdf>. Acesso em: 25 jul. de 2018.

_____. **Missão e Visão**. Disponível em: <<http://www.corsan.com.br/missao-e-visao>>. Acesso em: 12 jul. de 2018.

DUVOISIN, Ivane Almeida. **A necessidade de uma visão sistêmica para a Educação Ambiental: conflitos entre o velho e o novo paradigmas**. In: RUSCHEINSKY, Aloísio. (Orgs). Educação Ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

FOGLIATO, Débora. **SUL21**. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/meu-meio-ambiente/2014/06/municipios-das-bacias-rio-dos-sinos-e-gravatai-recebem-obras-de-tratamento-de-esgoto/>>. Acesso em: 08 jul. de 2018.

FONSECA, Marcio Alves da. Entre a vida governada e o governo de si. In: JUNIOR, Durval Muniz de.; VEIGA-NETO, Alfredo.; FILHO, Alipio de Souza. (Orgs). **Cartografias de Foucault**. 2. Ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. São Paulo, SP: Vozes, 2014.

GASPAROTTO, Juliana Schwingel. **Entre morros, composteiras e lixeiras: labirintos pedagógicos nas abordagens de Educação Ambiental**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25569>>. Acesso em: 10 jul. de 2018.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini de; ZANCO, Janice. Fundamentos de Educação Ambiental. In a: REIGOTA, Marcos (Org.), Educação Ambiental e Práticas Pedagógicas Cotidianas. Intermeios, São Paulo, 2015.

IBGE. **Indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>>. Acesso em: 08 jul. de 2018.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Questão Ambiental e Educação: contribuições para o debate. **Ambiente e Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, n.5, 135-153, 1999.

MARTINS, Thaís Presa. As naturezas de Natura Ekos: vídeos publicitários constituindo sujeitos consumidores “sustentáveis”. Dissertação de mestrado Programa de Pós-graduação em Educação e, Ciências: Química da Vida e da Saúde/ UFRGS, 2016.

NOVO, Maria. **La educación ambiental: Bases éticas, conceptuales y metodológicas**. Madrid: Editorial Universitas, 1995.

PERES, Rildo Goulart. Programa Integrado de Educação Ambiental da Superintendências do Vale dos Sinos. Material interno da SURSIN/CORSAN, 2016.

PROSINOS. **Consórcio Prosinos**. Disponível em: <<http://www.prosinos.rs.gov.br/consorcio/o-que-e-o-pro-sinos>>. Acesso em: 12 jul. de 2018.

RS. **Política Estadual de Educação Ambiental**. Lei nº 13.597, de 30 de dezembro de 2010, da nova redação à Lei n.º 11.730. Rio Grande do Sul, Assembleia Legislativa. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/upload/1366827322_Lei13.597.pdf>. Acesso em 12 jul. de 2018.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini. Uma floresta tocada apenas por homens puros: do que aprendemos com os discursos contemporâneos sobre a Amazônia. Tese Doutorado em Educação. Porto Alegre, RS: Faculdade de Educação/UFRGS, 2012.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel (Orgs.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005, pp.18-44.

SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental e universidade: um estudo de caso. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

TEIXEIRA, Lucas André; NEVES, Juliana Pereira; SILVA, Fabiane de Paula; TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos; NARDI, Roberto. Referenciais teóricos da pesquisa em educação ambiental em trabalhos acadêmicos. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, no VI, 2007, Florianópolis. Anais... São Paulo: ABRAPEC, 2007. (1 CD-ROM).

*Submetido em: 23-09-2018.
Publicado em: 26-11-2018.*